

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)****REQUERIMENTO Nº /2022****(Do Sr. PEDRO UCZAI)**

Requer que seja realizada pela Comissão de Educação Audiência Pública para debater PROGRAMA ESCOLAS CÍVICO-MILITARES, instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 e que sejam convidados representantes dos órgãos, instituições e colegiados nominados, para debater o Programa.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, representantes dos seguintes órgãos, instituições e colegiados:

1. Ministério da Educação - MEC;
2. Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC;
3. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
4. União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES
5. Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE
6. Universidade de Brasília – Professor-Pesquisador sobre as Escolas Cívico-Militares.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme publicado no Portal do Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2019),

“o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da



Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano”¹.

O objetivo do MEC ao implementar o modelo foi “melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares” (MEC, 2019).

No modelo de gestão pedagógica implementado em inúmeras escolas pelo país, “os militares atuam no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico”. (MEC, 2019).

Quanto aos recursos humanos que participam do programa das escolas estão “militares da reserva das Forças Armadas, que serão chamados pelo Ministério da Defesa. Policiais e Bombeiros militares, caso seja assim definido pelos governos estaduais e do Distrito Federal” (MEC, 2019).

O que é preocupante e altamente questionável nesse programa é, inicialmente, em relação aos conceitos e princípios de gestão, uma vez que a gestão escolar tem como princípios a gestão democrática, a autonomia pedagógica, administrativa e financeira, enquanto que a gestão militar tem o modelo essencialmente hierárquico, sem abertura para participação coletiva nos processo de tomada de decisão.

De acordo com a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Márcia Gilda, em artigo publicado na Revista Carta Capital,

a “quartelização das escolas” é criticada por diminuir a democracia das instituições de ensino e transformá-las em um ambiente de medo e intimidação. Especialistas evidenciam que, em nome da disciplina, crianças e adolescentes têm a autonomia e o desenvolvimento saudável da identidade comprometidos pela repressão do pensamento crítico.²

¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA ESCOLAS CÍVICO-MILITARES. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>. Acessado em: 14/03/2023.

² REVISTA CARTA CAPITAL. EDUCAÇÃO. MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS DO DF NÃO MELHORA DESEMPENHO NEM DIMINUI VIOLÊNCIA. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/militarizacao-de-escolas-do-df-nao-melhora-desempenho-escolar-nem-diminui-violencia/>. Acessado em: 20 de março de 2023.



O segundo questionamento se refere ao objetivo proposto, de adotar o modelo de escolas militares do exército, polícias militares e corpos de bombeiros para melhorar a educação pública. Vale ressaltar que nas escolas militares, grande parte dos estudantes são filhos de militares e são optantes por uma formação para se tornarem militares no futuro; enquanto que a educação pública apresenta estudantes com perfis socioeconômicos variados, estudantes que, em sua grande maioria, não pretendem se tornar militares, com gestão pedagógica que prima pela participação social e coletiva, que visa a educação transformadora e emancipatória.

O relacionamento entre militares e professores, militares e estudantes, militares e comunidade, também é outro ponto de questionamento e de grande preocupação.

Ainda de acordo com Márcia Gilda, diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF):

*“A militarização muda completamente a dinâmica do espaço escolar, que é de movimento, debates e construção do protagonismo juvenil, de desenvolvimento do pertencimento racial e de gênero, uma vez que traz uma série de normas advindas de quartéis, onde a palavra de ordem é obedecer, e o comportamento e a apresentação de alunos e alunas são padronizados, ignorando a sua individualidade e sua construção enquanto pessoa. A militarização ignora o contexto em que a escola está inserida, seu aspecto socioeconômico e cultural”.*³

Assim sendo, diante de tantas contradições e conflitos já explicitados, inclusive pelas mídias nacionais, é imprescindível a realização de audiência pública para se discutir, avaliar e deliberar sobre a continuidade do referido programa.

Sala das sessões, em 20 de março de 2023.

PEDRO UCZAI
DEPUTADO FEDERAL – PT/SC

³ REVISTA CARTA CAPITAL. EDUCAÇÃO. MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS DO DF NÃO MELHORA DESEMPENHO NEM DIMINUI VIOLÊNCIA. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/militarizacao-de-escolas-do-df-nao-melhora-desempenho-escolar-nem-diminui-violencia/>. Acessado em: 20 de março de 2023.

